



Número: **0813707-94.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **21/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE JOELSON DA SILVA MOURA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10373 324	21/06/2020 21:41	Petição Inicial	Petição Inicial
10373 328	21/06/2020 21:41	02-Procuração e Documentos Probatorios do Processo	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10373 329	21/06/2020 21:41	03-Ofício 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10373 330	21/06/2020 21:41	04-Informações do Sinistro nº 3190-57394	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica
Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: <u>JOSÉ JOELSON DA SILVA MOURA</u>		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: <u>SOLTEIRO</u>	Profissão: <u>Advogado</u>
RG nº: <u>2.702.305-SSP/PI</u>	CPF/MF nº: <u>034.385.713-82</u>	
Endereço: <u>Rua Raimundo Pereira Maranhães, nº 2164, VILA</u> <u>SANDEIRANTE, CEP: 65633-260, TERESINA-PI</u>		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)

RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI

CPF/MF nº: 023.365.163-22

CPF/MF nº: 703.754.703-44

Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.

Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI
(CEP: 64019-330).

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE TAXA DE TRÂNSITO

DEPUTAR POR INVALÍDEZ ADUINOS DE AGENTE DE TRÂNSITO

Teresina - PI, 20 de Dezembro de 2020.

* José Joelson da Silva Moura
-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-8961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"




Jose Joelson da Silva Moura
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
NASC. 2.702.305 Data de
Emissão 13/03/19

NOME JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

FILIAÇÃO MARIA PEREIRA DE MOURA
GONÇALO FERREIRA DE MOURA

NATURALIDADE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ-PI DATA DE VALIDADE 23/11/1981

DTX. CATEG. CERT. NASC. 6703 L 11A F 287

EXP. SÃO FÉLIX DO PIAUÍ 27/01/82

CPF 034.385.713-82

LEI Nº 7.118 DE 20/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83



DADOS DO CLIENTE

MORADOR: VANDA PEREIRA DA SILVA
RUA RAIMUNDO PEREIRA MAGALHÃES, 2184-VILA BANDEIRANTE-
TIMON-MA-cep:65633260

MATRÍCULA: 19300-3

GRUPO: 14

LOCALIZAÇÃO: 014-00004-049450

HIDRÔMETRO: Y16F308822

ECONOMIAS / CATEGORIAS / TIPO TARIFA

1 Residencial Normal

HISTÓRICO DE CONSUMO

Referência	Tipo	Leitura	Lido	Faturado	Data
03/2019	Lido	551	18	18	
04/2019	Lido	563	12	12	
05/2019	Lido	584	21	21	
06/2019	Lido	601	17	17	
07/2019	Lido	624	23	23	
08/2019 (Anterior)	Lido	643	19	19	21/08/2019
09/2019 (Atual)	Lido	664	21	21	19/09/2019

Dias de Consumo: 29

Média Consumo Diário (m³): 0,6552

Média Consumo Mensal (m³): 19

FATURAS PENDENTES

Referência	Vencimento	Valor (R\$)
------------	------------	-------------

DESCRIÇÃO DOS ITENS FATURADOS

Valor (R\$)

VALOR REFERENTE AGUA - 82,59	
> Residencial Normal	21m³ 82,59

TOTAL A PAGAR 82,59

MENSAGEM

Conforme Art. 2º da Lei 12.741 de 08/12/2012, informamos que sobre o valor da fatura incide os seguinte tributos: PIS e COFINS.

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIAMÊS	VALOR PERMITIDO
Cloro Livre	171	171	0	1,01	0,20-5,00 mg/L
Cor Aparente	171	171	0	0,33	Inferior a 15,00
pH	171	171	0	6,86	6,00-9,50
Turbidez	171	171	0	0,60	Inferior a 5,00
Coliformes Tot	151	151	0	Ausência	Ausente

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIAMÊS	VALOR PERMITIDO
Estremidade Col	151	151	0	Ausência	Ausente

Fatura Quitada



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

JOSÉ JOELSON DA SILVA MOURA		
Brasileiro (a)	SOLTEIRO	AUTÔNOMO
RG nº: 2.702.305-SSP/PE	CPF/MF nº: 034.385.713-82	
Endereço: RUA RUIKUNDO MAGALHÃES, Nº 2164, VILA PARQUEIRANTE		
CEP: 65633-260, TERESINA-PI		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>938,00</u> (<u>NOVECENTOS E TRINTA E OITO REAIS</u>) e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 20 de dezembro de 2019.


 (CPF 034.385.713-82)





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

392 v. 1.0



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.001700/2019-14

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO pelo Registro: Almiralce Ribeiro Leão Carlos

Data/Hora: 07/05/2019 - 16:32

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA CELSO PINHEIRO, Nº:

Complemento

553999

55 4000 (DAMS)

Data/Hora

02/02/2019 - 22:00

Bairro

TRÊS ANDARES

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

RG: 2702305

Mãe: MARIA PEREIRA DE MOURA

Endereço: RUA CELSO PINHEIRO, Nº 3572

Bairro: TRÊS ANDARES

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-8811-8376

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA A VITIMA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 150, ANO 2015, PLACA PIC-6852, PROPRIETÁRIO/TESTEMUNHO DO FATO DAVID NUNES DE CARVALHO, RELATA QUE TRAFEGAVA NA CITADA RUA, QUANDO UM CACHORRO PASSOU NA FRENTE DE SUA MOTO, ONDE O MESMO PERDEU O CONTROLE E CAIU, LESIONADO FOI SOCORRIDO PELO PROPRIETÁRIO DA MOTO, ENCAMINHADO PARA UPA DO RENASCENÇA, PRONTUÁRIO 138192, DEPOIS TRANSFERIDO PARA O HUT, PRONTUÁRIO 501542, ERA O QUE TINHA A NOTICIAR.

Almiralce Ribeiro Leão Carlos - Mat. 0097616

AGENTE DE POLÍCIA

Escolva de Polícia

Jose Joelson da Silva Moura

JOSE JOELSON DA SILVA MOURA - Noticiante

Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS

DENATRAN

CONTRAN

DETTRAN - PI
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA 012 01 2019 63 6518
1 01041837353 2019

DAVID MURRES DE CARVALHO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

48110434487 9C2KC1680PB580262
PLACA ANT / 19 PLACA PTC-6852

ESPECÍFICO 9C2KC1680PB580262 COMBUSTÍVEL ALCOOL/GAS

PAS/08/TOCICLOE/DIR.NILIANA
ANVISA / MODELO
HONDA/CG150 FAN BEDI
CATEGORIA 2015 2015
COT. PRO / CL. 002P/0149CQ PARTIDA PRESTA

1 1ª VENC / COTAS
2 2ª
3 3ª PAGO

PREMIO TARIFARIO 000,00 000,00
P V INSCRIÇÃO 000,00 000,00
A INSCRIÇÃO 000,00 000,00

PREMIO TOTAL 000,00 DATA DE PAGAMENTO
SEGURO OBRIGATORIO
SEM RESERVAS
DOCUMENTO DE TRANSPORTE OBRIGATORIO
NÃO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

TERESINA LOCAL 16/04/2019

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 21/06/2020 21:42:04

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS E MATERIAIS
AUTOLICENCIAMENTO DE VEICULO E LICENCIAMENTO DE VEICULO
TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS - SEGURO DPVAT

PI Nº 014207666601 BILHETE DE SEGURO DPVAT

NOTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradavida.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 48110434487 9C2KC1680PB580262
PREMIO TARIFARIO 000,00 000,00
P V INSCRIÇÃO 000,00 000,00
A INSCRIÇÃO 000,00 000,00

PREMIO TOTAL 000,00 DATA DE PAGAMENTO
SEGURO OBRIGATORIO
SEM RESERVAS
DOCUMENTO DE TRANSPORTE OBRIGATORIO
NÃO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

TERESINA LOCAL 16/04/2019

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 21/06/2020 21:42:04





UNID. DE PRONTO ATENDIMENTO - RENASCENÇA
Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074
TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Nome:	JOSE JOELSON DA SILVA MOURA	Prontuário:	138192
Mãe:	MARIA PEREIRA DE MOURA	Pai:	GONCALO PEREIRA DE MOURA
End. Resid.:	AV CELSO PINHEIRO, 3572 - PARQUE RODOVIÁRIO - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento:	23/11/1981	Idade:	37a2m9d
Sexo:	Masculino	Fone:	-
Responsável:	O MESMO	CNS:	
Profissão:		Documento:	Reg. Nasc:
G. Instrução:	Não informado	E. Civil:	Ignorado
End. Local.:			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	326843	Entrada:	02/02/2019 22:32:08	Convênio:	S U S	Proced:	0301060096
Motivo da Procura	ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA EM TRABALHO						
(Conforme Paciente/Acomp):							

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor:
TRAUMA MAIOR	Dor intensa	Laranja
Breve História Clas. Risco:	ISAAC ALCOFORADO COREN PI - 315.296 Em: 03/02/2019 00:04:12	
VITIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO HÁ APROXIMADAMENTE 3H, PACIENTE RELATA QUE SE DESLOCOU DO SEU LOCAL DE TRABALHO PARA SUA RESIDÊNCIA, QUANDO PROXIMO DE CHEGAR EM SUA CASA UM CACHORRO ADENTRA INESPERADAMENTE À FRENTE DE SUA MOTOCICLETA. APRESENTA ANTESSAÇO DIRETO DESLOCADO. FÁCIE DE DOR INTENSA, NEGA CEFALÉIA E VERTIGEM, NEGA DOR TORÁCICA.		

SSVV:	(Hora: ____ : ____)								
Peso:	0,00 Kg	Altura:	0,00 M	IMC:	0,00 Kg/m2	Pulso:	bmp	Pressão:	mmHg

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:
PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM MÚLTIPLOS TRAUMATISMOS REFERINDO SOMENTE DOR EM EXTREMIDADES APRESENTA-SE LUCIDO, COMUNICATIVO, COOPERATIVO. GLASGOW 15 (4+5+6), EUPNEICO, NORMOCORADO, NORMOCARDICO. NEGA TRAUMATISMO DA CABEÇA OU SINCOPE NO MOMENTO DO ACIDENTE. AO EXAME FÍSICO NÃO APRESENTA DOR A MOVIMENTAÇÃO NEM A PALPAÇÃO DE COLUNA CERVICAL, TORÁCICA E LOMBAR. trauma de antebraço direito que erulstou em dor e edema

CNPJ: 05.522.917/0035-19
UPA - RENASCENÇA
Rua Rio Verde, nº 2810
Renascença III - CEP 64.082-110
Teresina - Piauí

Diagnóstico Inicial: ?

Exames Complementares:
rx fratura de galeazzi

Confere Com o Original

Jhamat

280219

Prescrição Médica:
1. DIETA ORALLIVE
2. SF 0,9% 1000ML EV P/24H
3. OMEPRAZOL 40MG 1 AMP EV 1X/DIA
4. DIFENHIDRAMINA 1 AMP + AD EV 6/6 HORAS
5. TILATIL 40 MG + AD EV 12/12h

Motivo da Alta/Encerramento:
Alta Administrativa DATA: ____/____/____ HORA: ____:____:____

Assinatura Paciente ou Responsável

BRUNO WILSON DA SILVA MOURA
CRM-5338 Em: 03/02/2019 00:37:05





CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU ARAÚJO
Rua Magalhães Filho, 152 – Centro Sul – Fone 86 3221-3040
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ:05.522.917/0016-56

Unidade: UPA Renascença

Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

Data do exame: 02/02/2019

Id Paciente: UR138192

Data do laudo: 19-02-2019

Raio X de Antebraço Direito

- Fratura no terço médio/ distal da diáfise radial, com desvio entre os segmentos.
- Restante da estrutura óssea íntegra.
- Espaços articulares preservados.
- Partes moles sem particularidades.

Dr. Everardo Leal Abreu
Médico Radiologista
CRM-PI: 5067

CNPJ: 05.522.917/0035-19
UPA - RENASCENÇA
Rua Rio Verde, nº 2810
Renascença III - CEP 64.062-110
Teresina - Piauí





Fundação Municipal de Saúde

SUS

17 577 205/ 0015 – 32
UPA RENASCENÇA
Rua Rio Verde Nº 2810
Renascença III –
CEP 64082-110
Teresina-PI



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

FICHA DE ENCAMINHAMENTO

De: UPA Renascença III	Para: HUT(ORTOPEDIA)
PACIENTE: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA	Registro:
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM MULTIPLOS TRAUMATISMOS LEVES REFERINDO SOMENTE DOR EM EXTREMIDADES. TRAUMATISMO DE ANTABRAÇO DIREITO QUE RESULTOU EM DOR E EDEMA APRESENTA-SE LUCIDO, COMUNICATIVO, COOPERATIVO. GLASGOW 15 (4+5+6), EUPNEICO, NORMOCORADO, NORMOCARDICO. NEGA TRAUMATISMO DA CABEÇA OU SINCOPE NO MOMENTO DO ACIDENTE. AO EXAME FÍSICO NÃO APRESENTA DOR A MOVIMENTAÇÃO NEM A PALPAÇÃO DE COLUNA CERVICAL, TORACICA E LOMBAR. rx fratura de galeazzi cid s52 CD . ENC P CIRURGIA	
TERESINA-PI 03/02/2019 00:40	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo

FICHA DE RETORNO

De:	Para:
DIAGNÓSTICO	
TERESINA-PI / /	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo





Fundação Municipal de Saúde

SUS

17 577 205/ 0015 - 32
UPA RENASCENÇA
Rua Rio Verde Nº 2810
Renascença III -
CEP 64082-110
Teresina-PI



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

De: UPA Renascença III	Para: HUT(ORTOPEDIA)
PACIENTE: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA	Registro:
<p>MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO</p> <p>PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM MULTIPLOS TRAUMATISMOS LEVES REFERINDO SOMENTE DOR EM EXTREMIDADES. TRAUAMTSIMO DE ANTABRAÇO DIREITO QUE RESULTOU EM DOR E EDEMA</p> <p>APRESENTA-SE LUCIDO, COMUNICATIVO, COOPERATIVO. GLASGOW 15 (4+5+6), EUPNEICO, NORMOCORADO, NORMOCARDICO. NEGA TRAUMATISMO DA CABEÇA OU SINCOPE NO MOMENTO DO ACIDENTE.</p> <p>AO EXAME FÍSICO NÃO APRESENTA DOR A MOVIMENTAÇÃO NEM A PALPAÇÃO DE COLUNA CERVICAL, TORACICA E LOMBAR.</p> <p>rx fratura de galeazzi</p> <p>cid s52</p> <p>CD . ENC P CIRURGIA</p>	
TERESINA-PI 03/02/2019 00:40	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo

FICHA DE RETORNO

De:	Para:
<p>DIAGNÓSTICO</p>	
<p>TERESINA-PI _/_/_</p>	
Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo	

Confere Com o Original
frama
CNPJ: 05.522.917/0035-19
UPA - RENASCENÇA
Rua Rio Verde, nº 2810
Renascença III - CEP 64.082-110
Teresina - Piauí

280219



RETIFICAÇÃO

No boletim de entrada 326843 onde se lê:


Pai: GONCALO PEREIRA DE MOURA

Leia-se:

Pai: GONÇALO FERREIRA DE MOURA

CNPJ: 05.522.917/0035-19
UPA - RENASCENÇA
Rua Rio Verde, nº 2810
Renascença III - CEP 64.082-110
Teresina - PI

Teresina (PI), 28 de fevereiro de 2019


Eduardo Oliveira da Cunha
Chefe de Recursos Humanos
Mat: 78670
UPA Renascença

AUXILIAR ADMINISTRATIVO



Rua Rio Verde, 2810 – Renascença III.
Teresina-PI. CEP 64082-110.
CNPJ: 05.522.917/0035-19



86 3234 -7074



upa24h.fht@outlook.com





UNID. DE PRONTO ATENDIMENTO - RENASCENÇA
Rua Rio Verde, 2810 - Renascença III - Fone: 86 3234 7074
TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32



Ficha de Prescrição e Evolução Médica

Consulta: 326843
Imp: 03/02/2019 00:37:06

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA	Prontuário: 138192	Local:	Leito:
Tipo Sanguíneo:	Fator RH:	Peso (Kg): 0,00	Altura (M): 0,00
		IMC (Kg/m2):	0,00

ITEM:	PRESCRIÇÃO MÉDICA:	HORARIO:	SINAIS VITAIS:							
			HORA:	T:	P:	R/SatO2:	PA:	Dor:	Glicemia	Diurese
1.	DIETA ORALLÍQUIDA		06:00	36	80		110/70		121	
2.	SF 0,9% 1000ML EV F/24H									
3.	OMEPRAZOL 40MG 1 AMP EV 1X/DIA									
4.	DIPLOMA 1 AMP + AD EV 6/6 HORAS									
5.	TILATIL 40 MG + AD EV 12/12h									
6.	TRAMADOL 100MG + 100ML SF 0,9% EV 8/8H SOB									
7.	BROMOPRIDA 10MG 1 AMP + AD EV 8/8 HS - SOS									
8.	MANTER MEMBRO ELEVADO									
9.	MANTER EM OBSERVAÇÃO ATÉ TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR									
10.	SINAIS VITAIS + CUIDADOS GERAIS									

REGISTROS DE ENFERMAGEM:

CNPJ: 05.522.917/0005-19
CNPJ - RENASCENÇA
Rua Rio Verde, 2810
Reneceu III - CEP: 64082-110
Teresina - PI

28/01/19

28/01/19





Prefeitura Municipal de Teresina
Secretaria Municipal de Saúde

CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPROVANTE DE REGULAÇÃO

AUTORIZAÇÃO: 506891933	Nº REGULAÇÃO: 59331	TIPO: AVALIAÇÃO CLÍNICA EM HOSPITAL
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: 7823169 - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA RENASCENÇA - (86) 3234-7074		
ESTABELECIMENTO REFERENCIADO: 5828856 - HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT		
LEITO: ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		
PACIENTE: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA		NASCIMENTO: 23/11/1981

DADOS CLÍNICOS

HISTÓRIA CLÍNICA:

PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM MÚLTIPLOS TRAUMATISMOS LEVES REFERINDO SOMENTE DOR EM EXTREMIDADES. TRAUMATISMO DE ANTEBRACO DIREITO QUE RESULTOU EM DOR E EDEMA. APRESENTA-SE LUCIDO, COMUNICATIVO, COOPERATIVO. GLASGOW 15 (4+5+6), EUPNEICO, NORMOCORADO, NORMOCARDICO. NEGA TRAUMATISMO DA CABECA OU SINCOPE NO MOMENTO DO ACIDENTE. AO EXAME FÍSICO NÃO APRESENTA A DOR A MOVIMENTAÇÃO NEM A PALPAÇÃO DE COLUNA CERVICAL, TORÁCICA E LOMBAR. RX FRATURA GALEAZZI ENCAMINHO PARA CIRURGIA.

PROVAS DIAGNÓSTICAS:

EXAMES SOLICITADOS:

RX

DIAGNÓSTICO(CID): FRAT DO ANTEBRACO

COMORBIDADE:

PRESSÃO ARTERIAL:

FREQ. CARDÍACA:

SATURAÇÃO:

FREQ. RESPIRATÓRIA:

GLICEMIA:

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:

USO DE O2:

USO DROGAS VASOATIVAS:

USO ANTIBIÓTICOS:

USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:

DATA: 03/02/2019 01:41:06

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO / CAMBIO



SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
A SUA UTILIZAÇÃO.

NOME DO PACIENTE: JOSE FRANCISCO DA SILVA
NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 501542

HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA



Assinado





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218.5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

4460 (+) 09/02/2019 10:10

Imp: 03/02/2019 09:32:41
(User: CAMILA NORBERTA)
(Estação: RECEPCAO2)

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA		Prontuário: 501542
Mãe: MARIA PEREIRA DE MOURA	Pai: GONÇALO FERRERIA DE MOURA	
End.Resid.: AV CELSO PINHEIRO 3572 - PARQUE RODOVIÁRIO - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 23/11/1981	Idade: 37a2m16d	Sexo: Masculino Fone: 86-98811-8376
Responsável: LUCIA	CNS: 702603291209848	
Profissão: OPERADOR DE MAQUINA	Documento: CPF: 034.385.713-82	
G. Instrução: Médio Completo	E.Civil: Solteiro(a)	
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 705844	Entrada: 03/02/2019 09:28:46	Convênio: S U S	Proced:
Motivo da Procura (Conforme Paciente/Acomp): ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)			

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor: Indefinido
Breve História Clas. Risco:		

SSVV: (Hora: ____:____)				
Peso: Kg	Altura: M	IMC: Kg/m2	Pulso: bpm	Pressão: mmHg
Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:				
Acidente com dor no pulso				
⑦				
fact pulso				
Diagnóstico Inicial:				
Exames Complementares:				
Prescrição Médica:				
Motivo da Alta/Encerramento:				
DATA: ____/____/____ HORA: ____:____				



Dr. Hugo
Ortopedia
da r
CAM

Assinatura Paciente ou Responsável



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 - Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

Imp: 03/02/2019 09:32:41

(CAMILA NORBERTA)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA		Prontuário: 501542
Mãe: MARIA PEREIRA DE MOURA		Pai: GONCALO FERRERIA DE MOURA
End. Resid.: AV CELSO PINHEIRO 3572 - PARQUE RODOVIARIO - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 23/11/1981	Idade: 37a2m10d	Sexo: Masculino Fone: 86-98811-8376
Responsável: LUCIA		CNS: 702603291209848
Profissão: OPERADOR DE MAQUINA		Documento: CPF: 034.385.713-82
G. Instrução: Médio Completo		E. Civil: Solteiro(a)
End. Local: - - -		

DOS DO ATENDIMENTO:

Código: 705844	Data: 03/02/2019 09:28:46	Clas. Cor: Indefinido
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		Convênio: S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação: __/__/____ :__	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	
Carimbo/Assinatura Solicitante	

DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/____ :__
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação: __/__/____ :__	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	
Carimbo/Assinatura Solicitante	

DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/____ :__
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer





PRESCRIÇÃO MÉDICA.

QPR int. Janette

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fls Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

Fundação Municipal de Saúde

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO

DATA 05/02/19

NOME DO PACIENTE:	Jose' Jackson da Silva	PRONTUÁRIO Nº:	5015102
DIAGNÓSTICO:		CIRURGIA:	
ANESTESIA:	Bloqueio	Nº DA SALA:	09
CIRURGIÃO:	Bernardo Couto	CPF Nº:	
AUXILIAR:	Conceição	CPF Nº:	
ANESTESISTA:	João	CPF Nº:	
INSTRUMENTADORA:	Marcia Gomes	CPF Nº:	

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25x8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI	UNID.	02	
AGULHA 30x8	UNID.	02		LUVA Nº 8.0	PAR	01	
AGULHA 40x12	UNID.	02		LUVA Nº 7.0	PAR	02	mdc
AGULHA RAQUE	UNID.			LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	03	
ÁLCOOL 70%	ML	200		PVPI DE GERMANTE	ML	100	
ALGODÃO	BOLA	02		PVPI TÓPICO	ML	50	
ÁGUA OXIGENADA	ML	100		PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	03		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	110		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	02	
GASES	PAC.	05		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº 20	UNID.	01		alcatraz	11	01	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCCORRÊNCIA:	11	03	
CAT.GUT.SIMPLES C/AG.				Exepom			
CAT.GUT.SIMPLES S/AG.							
CAT.GUT.CROMADO C/AG.							
CAT.GUT.CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON	3-0	02					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL	2-0	01		CIRCULANTE:			
PROLENE							





RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente João Jackson da Silva Moura
Diagnóstico pré-operatório Fratura - Luxação de Glenóide
Operação - Tipo R.A.F.I. e placa + parafusos + Fio K
Cirurgião Fernando Coutinho 1º Assistente Conceição
2º Assistente Fernando C. de Oliveira 3º Assistente Conceição
Instrumentador(a) Marta Gama Anestesia B.P. Bbmaol
Anestésico(a) Bilcecino e Epinefrina 2% 40 mL
Data da Operação 05-02-19 Início 11:00 h Fim 12:00 h
Diagnóstico Pós-operatório

Relatório imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

- 1) Corte dds sob bloqueio de plexo
- 2) Expor a lesão
- 3) Via dorsal + via medial + dissecação
- 4) Localização do fraturamento do rádio
- 5) Redução
- 6) Fixação com placa + parafusos
- 7) Fixação da art. rádio-ulnar dorsal e Fio
- 8) Lavagem e SF 0,9%
- 9) Suturas
- 10) Curativo

Dr. Fernando C. de Oliveira
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PI 3461 - TEOT 11913

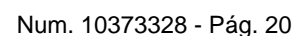
Mod. 76 HUT





COMUNICAÇÃO DE USO DE ORTESES E PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS

Responsável Pelo Preenchimento:		
Data: ____/____/____		
Responsável pela Farmácia		responsável pelo Preenchimento





**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR**

Identificação do Estabelecimento de Saúde

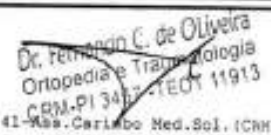
1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	23223

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA	6 - Prontuário: 501542
7-CNS: 702603291209848 8-Nascimento: 23/11/1981 9-Sexo: Masculino	CPF: 034.385.713-82
11-Mãe: MARIA FERREIRA DE MOURA	12-Fone: 86-98811-8376
13-Resp: LUCIA	14-Fone: 86-98811-8376
15-Ende: AV CELSO PINHEIRO 3572 - PARQUE ROCOVIAIRIO - CEP: 64000-010	
6-Munic: TERESINA	17-Cod. IBGE: 221100 18-UF: PI 19-CEP: 64000-010

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

31-Cod.Proced.Princip. 0408020458	30 - Procedimento Principal / Descrição: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA-LUXAÇÃO DE GALEAZZI / MONTEGGIA / ESSEX-LOPRESTI	
31-Cod.Procedi- mento Especial 0702030899	32 - Descrição do Procedimento Especial: PLACA DE COMPRESSÃO DINÂMICA 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	Quant. Soli- cidada: 1
Fornecedor da OPM: BRAGA & BRAGA		

38-Profissional Responsável: FERNANDO COUTO DE OLIVEIRA	40-Tp. Documento: CPF	 Dr. Fernando C. de Oliveira Ortopedia e Traumatologia CRM-PI 34137-TEOT 11913 41-Ass. Carimbo Med. Sol. (CRM)
39-Data Solicitação: 05/02/2019	40-No. Doc. Med. Solic.: 217.817.218-07	

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Fract. diaf. radiol.

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: / /	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		49-Ass. Carimbo (Rg. Conselho)
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização: / /	52-CNS/CPF:
		53-Ass. Carimbo (Rg. Conselho)



FICHA DE ANESTESIA

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANESTESIA**

Nome: João Francisco de Almeida Sala: _____
 Procedimento: Abertura de fúrcula para artroscopia Cirurgião: _____
 Alergia: Neg Data: 24/02/19
 Observações: _____

Agentes	Unid	15	30	45	15	30	45	15	30	45	15	30	45
1. <u>Propofol 1%</u>													
2. <u>Midazolam 5mg</u>													
3. <u>Fentanil 50mcg</u>													
4. <u>Atropina 1mg</u>													
5. <u>Propofol 200mg</u>													
6. <u>Lidocaina 100mg</u>													
7. <u>Propofol 100mg</u>													
8. <u>Dinoprost 1g</u>													
9. <u>Desamfetamina 10g</u>													
10. <u>Desamfetamina 10g</u>													
11. <u>Desamfetamina 10g</u>													
12. _____													
13. _____													
Oxigênio													
Volatil	%												

- Acesso Vascular**
- ☒ Periférico 10
 Cat. Venoso nº 6
☐ Dificuldade aces. venoso
☐ Gastos cateteres
☐ Central

- Via Aérea**
- ☒ Cateter nasal
☐ IOT nº _____
☐ LMA nº _____

- Monitorização:**
- ☒ Cardioscopia
☒ PAIN
☒ Oxímetro de pulso
☐ ETCO2
☐ Outros

- Anestesia:**
- ☐ Geral Venosa
☐ Geral Balanceada
☐ Raqui-anestesia
☐ Peridural
☒ Bloqueio Periférico pl. + h. quadr
☐ Outros

Decúbito: Do

SPO2 (%)	100	100	100
ETCO2 (mmHg)			
Aces. Venoso			
Aces. Venoso			
Diurese			
Perdas Sanguíneas			



Dr. João de Freitas
 ANESTESIOLOGISTA
 CRM-PI 5876

Anestesiologista

**LAUDO PARA
BPA INDIVIDUALIZADO**

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERESINA - PI**

05.522.917/0036-08
CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU/ARAUJO
Rua Magalhães Filho, nº 137C-rua
CEP: 64001-350
Teresina-PI

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE: União Saúde 2 - CNES: _____

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

4 - NOME DO PACIENTE: DONE JOEY 34 ANOS 5 - DATA DE NASCIMENTO: _____

6 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): _____ 7 - CPF DO PACIENTE: _____

8 - NOME DA MÃE: _____ 9 - TELEFONE DE CONTATO: _____

10 - NOME DO RESPONSÁVEL: _____ 11 - TELEFONE DE CONTATO: _____

12 - ENDEREÇO (RUA Nº BAIRRO): _____ 13 - SEXO: ☐ MASC. ☐ FEM. 14 - RAÇA/COR: _____

15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: _____ 16 - COD. IBGE MUNICÍPIO: _____ 17 - UF: _____ 18 - CEP: _____

PROCEDIMENTO SOLICITADO (PRINCIPAL)

19 - CÓDIGO PROCEDIMENTO: _____ 20 - NOME DO PROCEDIMENTO: FILAR MAM 21 - QDCE: 20

JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

22 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO: P25-9. Distomatose F.M. MAM (P) 23 - CID10 PRINCIPAL: J54.3 24 - CID 10 SECUNDÁRIO: _____ 25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS: _____

26 - OBSERVAÇÕES: F.M.T.M. 30 ANOS @ - MAMMÁRIA 20 pontos e 4 mm
sem lesão maligna

SOLICITAÇÃO

27 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE: _____ 28 - DATA DA SOLICITAÇÃO: _____ 29 - ASSINATURA E CARIMBO (M. REGISTRO DO CONSELHO): _____

30 - DOCUMENTO: _____ 31 - Nº DOCUMENTO(CNS) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE: 64431212-81 32 - ASSINATURA E CARIMBO (M. REGISTRO DO CONSELHO): _____

AUTORIZAÇÃO

33 - CNES: _____ 34 - CNES DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR: _____ 35 - DATA DA AUTORIZAÇÃO: _____

36 - CNES ORGÃO EMISSOR: _____ 37 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR: _____





CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU ARAÚJO
Rua Magalhães Filho, 152 – Centro Sul – Fone 86 3221-3040
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ: 05.522.917/0016-55

Unidade: CIS Lineu Araújo
Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA
Data do exame: 25/02/2019

Id Paciente: LA412225
Data do laudo: 27-02-2019

Rolo X de Antebraço Direito

Aspecto pós-cirúrgico com materiais metálicos na diáfise média do rádio e na extremidade distal radio-ulnar.

Dra. Lara Medeiros
Médica Radiologista
CRM-PI: 3373



JOSE, JELSON DA SILVA MOURA
037Y O LA412225
Nasc: 23/11/1981
ANTE-BRACO, FRN
UP_EXM
2140 X 1760

FUNDACAO HOSPITALAR DE TERESINA
25/02/2019
13:22:11



511

44.29%





CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU ARAÚJO
Rua Megalhães Filho, 152 – Centro Sul – Fone 86 3221-3040
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ:05.522.917/0016-56

Unidade: CIS Lineu Araújo

Nome: JOSE JELSON DA SILVA MOURA

Data do exame: 25/02/2019

Id Paciente: LA412225

Data do laudo: 11-03-2019

Raio X de Punho Direito

- deixa eu matar colocar alisado nas porções distais do rádio e Una.

Placa e parafusos localizados na porção distal do rádio.

- Estrutura óssea íntegra.

- Espaços articulares preservados.

- Partes moles sem particularidades.

Dr. Joelson Oliveira Moreira
Médico Radiologista
CRM-PI: 2353



JOSE, JELSON DA SILVA MOURA
037Y O LA412225
Nasc: 23/11/1981
COTOVELO AP
UP_EXM
Im: 1 / 2
2370 X 1770

FUNDACAO HOSPITALAR DE TERESINA

JOSE, JELSON DA SILVA MOURA
25/02/2019 037Y O LA412225
13:22:35 Nasc: 23/11/1981
COTOVELO, LAT
UP_EXM
Im: 2 / 2
2370 X 1770

FUNDACAO HOSPITALAR DE TERESINA
25/02/2019
13:22:35





CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU ARAÚJO
Rua Magalhães Filho, 152 – Centro Sul – Fone 86 3221-3040
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ:05.522.917/0016-56

Unidade: CIS Lineu Araújo

Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

Data do exame: 29/03/2019

Id Paciente: LA412225

Data do laudo: 02-04-2019

Raio X de Antebraço Direito

Aspecto pós-cirúrgico de osteossíntese da diáfise média do rádio, com placa e parafusos metálicos de fixação.

Espaços articulares preservados.

Dra. Lara Medeiros
Médica Radiologista
CRM-PI: 3373



JOSE, JELSON DA SILVA MOURA
037Y O LA412225
Nasc: 23/11/1981
COTOVELO AP/PERFIL
UP_EXM
1576 X 1976

FUNDACAO HOSPITALAR DE TERESINA
25/02/2019
13:23:57



W: 10231 X 511

80.18%





CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU ARAÚJO
Rua Magalhães Filho, 152 – Centro Sul – Fone 86 3221-3040
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ:05.522.917/0016-56

Unidade: CIS Lineu Araújo
Nome: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA
Data do exame: 29/03/2019

Id Paciente: LA412225
Data do laudo: 03-04-2019

Raio X da Mão Direita

- Antecedente de manipulação cirúrgica no rádio e na ulna.
- Superfícies e espaços articulares preservados.
- Partes moles sem particularidades.

Dra. Lara Medeiros
Médica Radiologista
CRM-PI: 3373









CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU ARAÚJO
Rua Magalhães Filho, 152 – Centro Sul – Fone 86 3221-3040
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ:05.522.917/0016-56

Unidade: CIS Lineu Araújo
Nome: JOSE JELSON DA SILVA MOURA
Data do exame: 25/02/2019

Id Paciente: LA412225
Data do laudo: 27-02-2019

Rolo X de Cotovelo Direito

- Estrutura óssea íntegra.
- Espaços articulares preservados.
- Partes moles sem particularidades.

Dra. Lara Medeiros
Médica Radiologista
CRM-PI: 3373





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

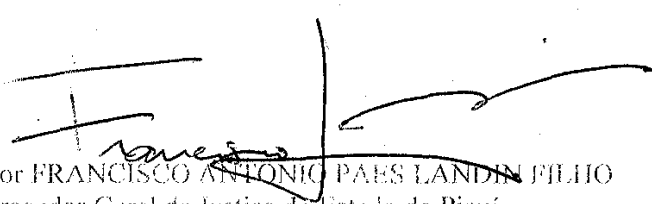
Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,


Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDONDAÇÃO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

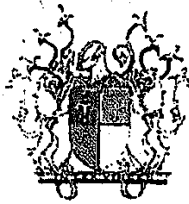
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

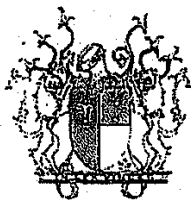
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

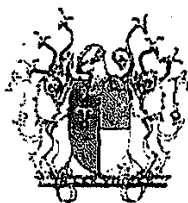
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

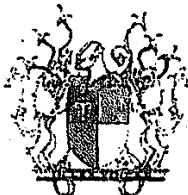
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o ~~proposto~~
Parecer, de Conselho
Técnico de Engenharia
Civil do ~~Inter. Pi.~~ para
atendimento - que se to
matéria, para ~~os~~
os fins de direito.





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190587394

Vítima: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

Data do Acidente: 02/02/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANDRESSA LAURINDA DA COSTA SOUSA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14979175





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 03 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190587394

Vítima: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

Data do Acidente: 02/02/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANDRESSA LAURINDA DA COSTA SOUSA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: JOSE JOELSON DA SILVA MOURA

Valor: R\$ 2.362,50

Banco: 104

Agência: 000003389

Conta: 0000017847-7

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

